



As novas políticas de desenvolvimento agro-pecuário:

Reflexões sobre o "aberturismo", o campesinato e o meio ambiente.

Carlos Jara*

Introdução

Não está longe da verdade afirmar que a maioria dos países da América Latina abandonou as políticas de desenvolvimento multi-setoriais, trocando-as por programas conjunturais de estabilização. O planejamento integral do longo prazo caiu em desgraça, sendo substituído por estratégias anti-crisis do tipo monetarista e de curto prazo.

Os programas de estabilização econômica - essa cadeia quase inter-

Técnico do IICA, Doutor em Sociologia

minável de ajustes recessivos e de sacrifícios - se inserem dentro de uma estratégia macro-econômica global que pretende, mediante uma abertura, redefinir as articulações externas dos países latino-americanos com o sistema mundial. Trata-se de promover mudanças estruturais de caráter econômico, político e social, superando as barreiras que definem o desenvolvimento tecnológico e a modernização da estrutura produtiva, para participar mais ativamente dos fluxos do comércio mundial.

Estes esforços dos países latino-americanos para mudar seu modelo de desenvolvimento estão condicionados por processos mais amplos que ocorrem aceleradamente na arena internacional, moldando a denominada globalização da economia. Neste imprevisível cenário, os países industrializados, motivados pelos interesses das grandes empresas transnacionais e de capital financeiro internacional, deflagraram uma etapa de profundas transformações tecnológicas, comerciais e financeiras, que transcendem todas as fronteiras, colocam grandes desafios e produzem complexas turbulências não apenas no aparato institucional das relações internacionais, como nos termos da competitividade.

O processo de globalização econômica constitui mercados supranacionais onde atualmente se concentram tanto as correntes comerciais como os fluxos de capitais e tecnologias. Os países industrializados do Norte, que constituem o centro do poder mundial,

Comunicação apresentada no III Encontro Regional Nordeste da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais em Agricultura, realizado em julho de 1993.

intensificam cada vez mais os circuitos comerciais entre eles mesmos, estabelecendo uma fraca relação com os países "subdesenvolvidos" da periferia. O mundo globalizado se fragmenta em blocos regionais que tendem a se complementar e a se integrar, buscando proteger-se da competição de terceiros. É uma ordem econômica internacional que responde principalmente aos interesses de uma comunidade de países dominantes, o que tende a aprofundar as desigualdades e as distâncias para a maioria das nações.

Na Europa, Ásia, Costa do Pacífico, América do Norte, na sub-região Andina e no Cone Sul estão se consolidando diferentes processos de integração. Os países latino-americanos, como resposta a mudanças produzidas no cenário internacional, sob o risco de permanecerem marginalizados dos principais circuitos comerciais, promoveram diferentes avanços neste campo. Estão se estruturando agrupamentos sub-regionais para se conectar aos mercados mais amplos com maior capacidade negociadora. Estes blocos sub-regionais procuram uma maior auto-suficiência interna e promovem um remanejamento administrativo e controlado de suas relações comerciais. Mediante a integração, esses países procuram ascender às economias de escala, promover interdependências materiais, expandir os mercados, definir solidariedades recíprocas e aproveitar vantagens derivadas da sua geografia e da sua especialização. Geralmente se promovem mercados ampliados e se estabelecem zonas de livre comércio, que operam sem maiores restrições tarifárias. Não há dúvida que o desenho de mecanismos de entrada

na economia mundial sem o respaldo de um bloco de integração apenas aprofunda as relações de dependência. Contudo, há países que decidiram vincular-se mais estreitamente com as potências dominantes, como uma estratégia de sobrevivência a longo prazo.

Cada país interpreta suas perspectivas de crescimento e acumulação na esfera do comércio internacional, o que supõe esforços extraordinários para melhorar sua eficiência produtiva. Todos procuram desenvolver aquelas atividades produtivas onde é possível alcançar maiores níveis de eficiência e competitividade. O estabelecimento dessas vantagens requer a geração, transferência e adequação de novas tecnologias que incrementem a produtividade e melhorem a qualidade dos produtos.

Não há dúvida alguma de que o estabelecimento de modelos de abertura nos países latino-americanos, nos marcos da globalização da economia mundial, estabelecerá uma maior pressão sobre os recursos naturais. Na frente externa, é também muito provável, ao menos em primeira instância, que os esforços de integração e os mecanismos de conexão com os fluxos comerciais mais amplos incrementem a intensidade ambiental das economias periféricas. Isto porque a estratégia de desenvolvimento prevalecente responde à lógica de sistema global, isto é, persegue o objetivo de maximização de crescimento econômico. Todos procuram dinamizar um crescimento material contínuo e ilimitado, que gere o maior Produto Nacional Bruto per *capita* possível. Esta racionalidade conduz ao alargamento de processos de modernização, promovendo

maiores demandas de insumos de terra, água, energia, matérias primas, alimentos, assim como de espaços internos onde depositar os resíduos.

Os processos de globalização da economia são acompanhados por processos que globalizam a deterioração do meio ambiente. A terra, o lar da humanidade, vê-se gravemente ameaçada por fenômenos que conduzem à destruição do equilíbrio ecológico e à deterioração da qualidade de vida humana: o aquecimento da terra, a chuva ácida, a destruição da camada de ozônio, os elevados índices de dióxido de carbono, a contaminação dos mares e das reservas de água doce, a acelerada destruição das florestas tropicais, a desertificação, as constantes variações climáticas, a excessiva artificialização dos ecossistemas, a destruição da biodiversidade. Nada parece afetar mais o presente e o futuro das sociedades latino-americanas que a forma irracional com que se manejam os recursos naturais.

A evolução do "aberturismo" econômico, em busca da competitividade e a expansão do intercâmbio sub-regional e internacional, seguramente contribuíram para o aumento da geração de divisas e nos níveis de renda. Contudo, por serem esforços impulsionados pela lógica do crescimento quantitativo, também é provável que contribuam para intensificar as perdas do patrimônio ecológico, incrementando as malversações e os desperdícios, pelo esgotamento e deterioração dos recursos e ecossistemas. Com isso, estamos sacrificando o futuro de nossas gerações e lançando cegamente as sementes da auto-destruição econômica, que perpetuam as relações

de dependência, ao desconsiderar os processos que causam a deterioração do meio ambiente.

Isto porque qualquer ameaça contra o equilíbrio ecológico impede o desenvolvimento sustentável, traduzindo, por sua vez, em uma ameaça não apenas à produção, mas à própria subsistência humana. A qualidade de vida, assim como a produtividade, dependem do equilíbrio ecológico. É imperioso encontrar estratégias de crescimento qualitativo capazes de satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (IICA, Doc 25, 1991b).

2. O "aberturismo" e a agricultura

É o novo contexto internacional o que explica, em boa medida, o processo gradual de abertura da produção agropecuária. As mudanças que se promovem nos processos produtivos setoriais apontam principalmente para as economias de escala, buscando concentrar recursos e incentivos em setores onde existem vantagens comparativas relativas, para consolidar uma agricultura mais competitiva. Implementam-se políticas que abrem o encapsulamento tradicional do setor, promovendo uma subordinação relativa das atividades agropecuárias às forças do mercado.

O "aberturismo", isto é, a forma como está sendo tentada a reinserção no mercado internacional, está abrindo passo a um conjunto de transformações no sistema político e na estrutura sócio-

econômica dos países da região. Sob o comando de diferentes governos se configura um projeto de nova sociedade e se estabelece um novo modelo econômico. É um projeto que rechaça as políticas desenvolvimentistas caracterizadas pelo intervencionismo estatal, o protecionismo que encapsula as economias e os subsídios que debilitam a competitividade dos produtores.

A mudança no modelo de desenvolvimento agrícola que o aberturismo impulsiona busca ativar o crescimento setorial das chamadas vantagens comparativas dinâmicas de determinados setores produtivos, favorecendo a inversão nacional e internacional, para penetrar no mercado externo. Trata-se de gerar condições para que as empresas agrícolas, as unidades de produção, possam enfrentar o desafio do processo de globalização da economia em condições mais favoráveis. Políticos e especialistas estão convencidos de que a única alternativa de sair do "subdesenvolvimento" é integrar-se ao contexto internacional; o isolamento setorial, argumenta-se, só conduz à ineficiência produtiva e ao atraso tecnológico. Todo o setor tem que ser impulsionado para estágios empresariais, de maneira que seus atores possam atuar com capacidade de competição em circuitos do mercado aberto. Trata-se de criar uma capacitação fundamentada na eficiência real de cada empresa. Para definir esta situação, propõe-se expor o setor agropecuário ao mercado externo, de maneira que as forças do mercado - sem as obstruções do aparato estatal - provoquem as mudanças organizacionais necessárias, o desenvolvimento tecnológico e a reestruturação da propriedade da

terra.

As linhas desta política são bastantes conhecidas:

- Recomenda-se abandonar a estratégia de substituição de importações e transformar o setor agropecuário em motor do seu próprio crescimento e desenvolvimento;
- É conveniente romper com o isolamento da agricultura e articulá-la com o resto da economia;
- Deve-se ativar medidas monetaristas para obter uma balança de pagamentos equilibrada e competitiva;
- Os problemas da agro-pecuária devem ser enfrentados mediante esquemas de modernização empresarial;
- Os esforços de inversão setorial não devem levar a produzir tudo, mas unicamente o que é avaliado como competitivo;
- É indispensável abrir as fronteiras e estabelecer relações comerciais com todo o mundo;
- Deve-se eliminar qualquer tipo de organização social;
- Devem se compatibilizar as políticas setoriais;
- Para modernizar a agricultura é indispensável vincular-se estreitamente aos mercados internacionais;
- Para alcançar níveis de competitividade, é preciso desenvolver as vantagens comparativas;
- É indispensável eliminar ao máximo a intervenção e a proteção estatal e estabelecer um estilo de

intervenção seletiva;

- A gestão pública do setor agropecuário deve abandonar o comportamento assistencial de subsídios indiretos e adotar uma conduta transparente de subsídios diretos;

- É indispensável otimizar o uso dos recursos existentes, para melhorar a produtividade por unidade de superfície e reduzir os custos unitários a nível de unidades de produção.

De todas essas linhas surge um conjunto de receitas que passou a se aplicarem diferentes países, com maior ou menor intensidade:

- Redução ou eliminação de subsídios;

- Conservação de subsídios seletivos;

- Eliminação de preços mínimos para produtos selecionados;

- Redução das taxas de importação;

- Simplificação dos procedimentos tarifários;

- Eliminação das restrições para exportação de produtos;

- Eliminação de controles e restrições ao comércio;

- Redução dos mecanismos de proteção à produção nacional;

- Eliminação de permissões e licenças de exportação;

- Estabelecimento de informação sobre mercados e tecnologias;

- Melhoria do desempenho da

comercialização, particularmente com o manejo, conservação, qualidade e classificação de produtos;

- Liberação das taxas de juros;

- Estabelecimento de bancos de segunda linha com normas de seletividade para os intermediários financeiros;

- Melhoria da estrutura de produção e serviços vinculados ao setor externo;

- Estímulo ao desenvolvimento tecnológico;

- Desenvolvimento das capacidades de gestão empresarial e técnico-administrativa;

- Fortalecimento da base tecnológica interna;

- Produção de insumos agrícolas estratégicos;

- Descentralização dos centros de serviços e extensão.

Nos fóruns que analisam as perspectivas da agricultura regional sob os esquemas econômicos da abertura, há muito otimismo quanto à possibilidade de transformar o setor agropecuário em motor do desenvolvimento nacional. O novo modelo setorial propõe que o setor agropecuário se distancie do seu papel tradicional de gerador de divisas, mão de obra e alimentos baratos indispensáveis para impulsionar o processo de industrialização substitutiva. Promove-se uma mudança significativa na estratégia macro-econômica, partindo da intensificação do intercâmbio comercial agroalimentar para estimular a modernização setorial e possibilitar a geração de excedentes que contribuam para o seu pró-

prio crescimento, melhorando as condições de competitividade. Em outras palavras, trata-se de dar um ponto final à política de modernização do aparato industrial às custas da agricultura.

Este otimismo da perspectiva neoliberal, contudo, é preocupante tanto do ponto de vista social como do ecológico. É indubitável que o "aberturismo" configurou e configura um arquipélago de atividades produtivas dinâmicas, eficientes e competitivas. Mas não há maiores evidências "de que a exposição da produção nacional à competição externa contribua para superar os obstáculos estruturais ao desenvolvimento tecnológico do setor, à ampliação da produção para o mercado interno, à reordenação da propriedade da terra e à superação da pobreza rural..." (H. Avendano, 1991). Pelo contrário, há evidências de que a reconversão da agricultura para a exportação leva a resultados negativos em matéria de produção de alimentos básicos, em seus níveis de produtividade e volume de produção. Geralmente, as unidades agrícolas que não gozam de "vantagens comparativas" e que orientam sua produção para o mercado interno têm dificuldades para se expandir e enfrentam processos de descapitalização. Alejandro Schejtmán nos adverte:

"O tipo dos principais beneficiários das políticas de custo exportador não são precisamente aqueles a quem um sistema alimentar desejável buscaria favorecer, tanto porque as médias e grandes empresas são, geralmente, as principais produtoras dos cultivos exportáveis e as unidades camponesas de produtos de consumo básico, como porque com frequência uma proporção

não depreciável dos alimentos importados correspondem ao consumo de estratos médios e altos.

A experiência recente tem mostrado que as decisões de exportação/importação adotadas pelos países desenvolvidos em matéria alimentar nem sempre são guiadas por considerações de estreita vantagem comercial, pois elas estão subordinadas tanto a considerações de política interna (como o elevado protecionismo destinado, precisamente, a assegurar a auto-suficiência assim como um determinado nível de renda aos seus produtores), como a considerações de política internacional (como os embargos e as cotas)."

Como assinalamos, no nosso modelo setorial pretende-se que os processos produtivos agropecuários sejam expostos ao mercado externo e que suas operações se adequem ao sistema de preços internacionais. Neste marco, a economia agrícola passa a privilegiar aquelas atividades que tem "vantagens comparativas" no mercado mais amplo. Pelo menos nos países andinos, este comportamento está impulsionando processos concentradores de recursos e capital que se estruturam mediante alianças empresariais que buscam configurar conglomerados produtivos para possibilitar a competitividade em uma esfera dominada por monopólios. Os setores que se dirigem para a exportação foram ativados, ao mesmo tempo que se paralisavam ou desativavam as atividades tradicionais, vinculadas ao mercado interno alimentar, do qual participa a grande maioria dos camponeses.

Os efeitos do ajuste estrutural e do

"aberturismo" nas economias camponesas têm múltiplas e complexas expressões, de acordo com as formas de reprodução da força de trabalho familiar e as relações que as pequenas unidades estabelecem com o mercado. Entre os pequenos produtores com maior disponibilidade de recursos no que se refere à quantidade e qualidade das terras e outros recursos de capital, um certo nível tecnológico e uma articulação mais estreita com o mercado, os efeitos das novas políticas liberalizadoras e, particularmente, da depressão do mercado interno, da recessão e da deterioração dos termos de intercâmbio campo-cidade são heterogêneas. Geralmente, tratam de compensar a queda de seus rendimentos com uma maior produção, aproveitando a sobre oferta de força de trabalho dos camponeses minifundiários e dos peões sem terra. Ao mesmo tempo, vêm-se afetados pelo incremento constante no preço dos insumos básicos para a produção. Vêm-se obrigados a realizar um maior esforço produtivo, incrementando a intensidade de uso dos seus recursos.

Por outro lado, os camponeses pobres que reproduzem sua subsistência baseados em recursos muito limitados são obrigados a incrementar os níveis de auto-exploração. Estes produtores não podem compensar a deterioração dos termos de intercâmbio com maiores níveis de produção, pelo simples fato de que suas reduzidas propriedades já manifestam uma profunda deterioração. De todas as maneiras, são forçados a incrementar a intensidade ambiental da economia camponesa, seja parcelaria ou comunitária, dentro do conjunto das suas estratégias de sobrevivência. Por dezenas e dezes-

nas de anos esses camponeses desenvolveram uma variada gama de alternativas de reprodução social. O novo fenômeno, sob o esquema macro-econômico presente, é que as energias de trabalho dessa reprodução se tomaram mais intensivas, com impactos ambientais provavelmente irreversíveis.

Para os camponeses pobres a migração definitiva para a cidade já não representa uma estratégia muito atrativa. A crise econômica, a terrível combinação de recessão com inflação se abateram duramente sobre os níveis de emprego. É verdade que o "aberturismo" agrícola tem gerado um maior volume de oportunidades de emprego no campo. Mas não o suficiente para absorver o exército de camponeses empobrecidos. As únicas possibilidades de obter alguma renda monetária se encontram no chamado "setor informal". Observa-se, então, um processo de "volta" ao campo, que está configurando novos processos de luta pela terra no campo latino-americano.

Conseqüentemente, a dinâmica produtiva tende a se concentrar em um determinado tipo de empresa, de média ou grande escala, intensiva em capital e tecnologia, gerando produtos de alta rentabilidade. O sub-setor alimentar, operado por produtores, camponeses, tende a perder importância, com as rápidas mudanças nos padrões de consumo de sociedade urbana. Estes processos estão contribuindo para debilitar relativamente o poder de negociação e a centralidade do campesinato nas estratégias de segurança alimentar. É verdade que as estatísticas demonstram uma elevada participação da agricultura camponesa no abastecimento alimentar. No Brasil, por exemplo,

as pequenas unidades de produção (com menos de 100 hectares) são responsáveis pela produção de mais de dois terços dos alimentos básicos (CONTAG, 1993). Também é certo que centenas de toneladas de arroz e feijão estão armazenadas nas pequenas propriedades do sul do Brasil. As grandes empresas procuram atuar nos setores alimentares de maior demanda. Citemos a Chris van Dam:

"A necessidade de explicar a vigência das economias camponesas, apesar da expansão das relações capitalistas de produção na agricultura, geralmente levou os economistas a querer demonstrar como essas economias são funcionais à economia capitalista dominante. Em geral, os argumentos são de que os camponeses produzem alimentos "baratos", consomem produtos industriais "caros", e, além disso, constituem um exército de reserva, o que permite manter deprimido o salário dos trabalhadores urbanos..."

Ao contrário (C. Jara)

"...os camponeses produzem alimentos "caros", os produtos camponeses são cada vez menos importantes na cesta dos setores urbano-industriais, e sua função como exército de reserva é relativa, já que existem vastos contingentes desempregados nas cidades. A funcionalidade das economias camponesas não se explica pela transferência de recursos dos setores... urbanos, mas por sua contribuição à estabilização da crise (carregando parte de seus custos" (Van Dam, 1993).

Parece ilusório prognosticar um cenário sócio-econômico construído pelo aberturismo em que os processos de desenvolvimento expressem atributos de equidade e sustentabilidade. Estimular uma estratégia de desenvolvimento setorial que aposta principalmente no grupo empresarial articulado com a agricultura comercial significa o fortalecimento do forte. É um viés que reedita os processos concentradores e excludentes que caracterizaram o protecionismo desenvolvimentista esgotado.

A necessidade de acumulação e de alcançar um crescimento contínuo, a própria força da competitividade, são características intrínsecas do sistema que limitam a definição e a condução de políticas diferenciadas do desenvolvimento rural e agropecuário, para aproveitar o potencial tanto da agricultura comercial como das economias camponesas. São características relativamente inflexíveis, condicionadas por uma lógica particularista profundamente arraigada na cultura política, reproduzindo os desequilíbrios e desigualdades. São também as características indispensáveis para que funcione um esquema econômico fundamentado no livre mercado e no mecanismo dos preços, bloqueando a incorporação da equidade nos padrões de desenvolvimento, ao invés de considerá-lo como um sub-produto que transborda da acumulação empresarial.

Salvo esforços programáticos micro-regionais, na maioria dos países latino-americanos não existem decisões políticas de primeira linha que priorizem a articulação das economias camponesas aos

modelos de agricultura aberta. De fato, os processos de ajuste estrutural - que se inspiram no princípio de crescer primeiro para distribuir depois - produziram impactos desfavoráveis no âmbito do campesinato. Isto porque o "aberturismo" setorial que ativa a internacionalização da economia não foi pensado em solidariedade com os trabalhadores dependentes ou com os pequenos produtores agrícolas que operam em uma situação desvantajosa, e, portanto, tem recursos limitados, tanto no que se refere à dotação como à qualidade de terras, disponibilidades financeiras, poder de negociação, influência nas decisões e capacidade de gestão empresarial organizada para responder dinamicamente aos estímulos do mercado. Trata-se de um estilo de desenvolvimento, isto é, de uma determinada opção política social e econômica adotada dentro do sistema capitalista que gera ou conduz a exclusão e desigualdades. Com razão argumenta-se:

"O grande desafio da década de noventa é conceber um estilo de desenvolvimento que concilie a necessária reinserção da América Latina e do Caribe no âmbito internacional com uma economia "moderna e competitiva", mas que não reproduza as situações de "enclave" que se deram no passado e não aprofunde ainda mais uma economia em que amplos setores da população, tanto urbanos como rurais, permaneçam à margem do processo de desenvolvimento, em condições de pobreza extrema.

Para assegurar a distribuição de renda e melhorar os níveis de vida da população rural, é necessário conceber o desenvolvimento rural como o processo de mu-

dança e modernização das zonas rurais atrasadas tradicionalmente, de predominância camponesa. Mediante esse processo se constitui os camponeses, o Estado e os empresários locais e regionais como atores dessa transformação. O desenvolvimento rural resulta, conseqüentemente, de um conjunto de intervenções públicas e privadas nas quais a iniciativa individual e a inovação devem desempenhar um papel relevante na ordem micro-regional" (IICA, Madrid, 1991a).

3. As pressões sobre o meio-ambiente

Na realidade, a desorganização do meio ambiente natural e social não constitui um processo recente, tanto nos países industrializados do centro como nos "subdesenvolvidos" da periferia. A destruição do meio ambiente pela ação do homem antecede historicamente o surgimento de modo de produção capitalista. O que é atual e altamente preocupante, nesta conjuntura de globalização econômica, é a intensidade da deterioração do meio ambiente, a níveis provavelmente catastróficos, ativada pela combinação de um complexo de fatores como a extração irracional de matérias primas e energia da natureza, e sua acelerada transformação e consumo; as altas taxas de crescimento populacional; a elevada magnitude dos desperdícios e resíduos contaminantes que são revertidos à biosfera; o crescente debilitamento da capacidade de assimilação, absorção e regeneração de mudanças ecológicas por parte dos ecossistemas; e a

homogeneização mundial dos padrões de produção, comunicação e consumo originários dos países industrializados do centro.

Para entender o impacto ecológico do "aberturismo" econômico e necessário ter presente a estreita relação dialética entre a economia, a tecnologia, a sociedade e o meio ambiente. A qualidade de vida da população e a produtividade dependem do equilíbrio ecológico. Quando este equilíbrio está ameaçado, também o ficam as atividades produtivas e a vida dos homens (Kapp, 1972).

É fácil entender que a integração comercial das economias periféricas em um só sistema econômico global aprofunda as tendências para um crescimento exponencial de bens, serviços e tecnologia. A dinâmica do capitalismo está orientada e calculada para gerar acumulação e impulsionar um crescimento contínuo. Todos os países buscam alcançar o mais alto nível de crescimento do Produto Nacional Bruto per capita, principalmente se as suas vulneráveis economias se encontram afetadas negativamente pelos efeitos da dívida externa. Via de regra, é a partir dos indicadores e variáveis macro-econômicas que se avaliam as realizações dos nossos governantes, não em função da participação social, a sustentabilidade ecológica, a identidade cultural e a autonomia. Não importa se essas avaliações provêm do desenvolvimentismo ou do liberalismo monetarista; ambos supõem que a concentração econômica estimula o crescimento e que este conduzirá ao desenvolvimento (Max-Neef, 1986). É a rentabilidade da inversão e a capacidade de gerar excedentes o que motiva os novos capitais regionais a se

conectar com o mercado mundial. Tudo isto incrementa a intensidade ambiental da economia.

É fácil deduzir que uma tecnologia construída sob a premissa de que o meio ambiente em que se opera permite qualquer tipo de manipulação revela pouca ou nenhuma integração à natureza, e, por conseguinte, é um fator que contribui para o desequilíbrio ecológico. A tecnologia e o instrumento pelo qual o homem estabelece sua relação com o patrimônio ecológico (solos, água, ar, floresta, diversidade genética). Ela cristaliza o desenvolvimento das forças produtivas, que, no funcionamento da empresa privada competitiva, possibilita maximizar os benefícios e modernizar os processos produtivos. Por esta razão, a tecnologia moderna se orienta principalmente pelo princípio de alcançar a maior eficiência no curto prazo. A produtividade, a precisão, a rapidez e o rendimento são efeitos que os mecanismos de mercado perseguem dinamicamente, e portanto, só são demonstráveis na reduzida margem do curto prazo, promovendo uma intensa e continuada inovação tecnológica.

Neste esquema de racionalidade econômica, as primeiras considerações do desenvolvimento tecnológico não apontam para o alcance e conservação do equilíbrio ambiental. De fato, os problemas de ajuste estrutural são especificamente concebidos para alcançar antes de tudo o equilíbrio econômico. O novo modelo aberto privilegia a competitividade fundamentada na eficiência que emprega a tecnologia moderna. O processo de inovação tecnológica continua orientado pelo falso juízo de que o patrimônio ecológico e o capital criado

pelo homem são realmente substituíveis. Portanto, se aposta na possibilidade de construir padrões de produção de maneira relativamente independente da disponibilidade de recursos naturais. Não importa impulsionar a mineração de certos recursos, pois o homem sempre formulará uma resposta tecnológica para restituir aquilo que foi destruído em processos produtivos específicos. A verdade é outra, "não é possível repor, em todos os casos, com alternativas criadas pelo homem, o capital ecológico consumido na produção de bens e serviços... o caso dos recursos genéticos é, talvez, o que melhor ilustra essa problemática..." (IICA, 25, 1991b). Portanto, por algum tempo, o modelo aberto ao globo continuará se apoiando em uma tecnologia que:

- Ecológicamente é perigosa;
- Depende de altos subsídios energéticos;
- Só parcialmente é reciclável;
- É contaminadora;
- É capital intensiva;
- Orienta-se para o crescimento quantitativo;
- Responde a demandas do mercado externo;
- Responde a padrões urbanos de cultura;
- É inadequada para o contexto local;
- Demanda especialização;
- Requer o manejo de especialistas;
- Reclama uma gestão de processos

complicados;

- É geralmente cara;
- Incrementa a dependência;
- É exógena à realidade camponesa.

Também é fácil de compreender que a pobreza crítica e a marginalidade social em que vivem grandes maiorias populacionais são fatores que intensificam a deterioração ambiental. A persistência de uma distribuição desigual de renda e a magnitude de desemprego e da pobreza absoluta rompe todo compromisso com o futuro, e milita contra a conservação e o desenvolvimento sustentável, pela desespero e falta de alternativas. Não é acidental, por exemplo, a relação inversa entre o nível de renda per capita dos países latino-americanos e a taxa de destruição florestal per capita (IICA, 31, 1992b).

Neste contexto é provável que o "aberturismo" reproduza o mesmo estilo de crescimento e modernização setorial que intensifica o uso dos sistemas agrícolas, seguindo padrões de referências caracterizados por uma alta dependência de insumos energéticos, fertilizantes, inseticidas e da mecanização. O "aberturismo" tende a fortalecer o estilo de modernização excludente que ativa - enquanto o mercado demanda - os processos de especialização que incrementam as fronteiras de articulação dos ecossistemas. A tendência é para o aumento da intensidade ambiental da economia.

O incremento da demanda externa de camarões, por exemplo, produto em que o Equador tem vantagens comparativas indiscutíveis,

deu impulso a processos dificilmente reversíveis de desflorestamento que acabaram destruindo a maior parte do mangue. O fomento de atividades agrícolas de longo prazo (reflorestamento, cultivos perenes, conservação dos solos, etc) não tem maior prioridade; simplesmente não é rentável fazer investimentos de longa duração. (IICA, 25,1991b).

4. Reflexões finais

São evidentes os movimentos sociais que promovem a cada dia um nível de consciência ambiental crescente, gerando um maior reconhecimento dos problemas ecológicos globais. A nível do Estado e em diferentes esferas da sociedade civil, crescem as preocupações que se traduzem em lutas e medidas que buscam minimizar as pressões redatórias sobre o meio ambiente. Desafortunadamente, porém, são contra-tendências desarticuladas que enfrentam a força prevalecente do crescimento quantitativo.

Contudo, o problema da ruptura do equilíbrio ecológico não está no crescimento por si, mas na forma como este se expande no interior da sociedade, semeando modernidades que produzem desigualdade e exclusão. Ninguém pensa em promover o atraso econômico. Mas é evidente que se este estilo de desenvolvimento continua, ainda que atuando sob outro modelo, não haverá maiores conquistas em termos de satisfação das necessidades humanas fundamentais de sustentabilidade ecológica e da equidade, permanecendo as desarticulações entre tecnologia e natureza, entre os processos globais e a gestão local do Estado com

a sociedade civil. Esta última afirmação nos remete ao campo da descentralização político-administrativa e do desenvolvimento sustentável a nível micro-regional, municipal ou comunitário. São temas que se inscrevem nos debates atuais sobre estilo e estratégias de desenvolvimento, democratização e reformas institucionais, ativados pelos graves impactos sociais e ambientais que resultam da crise econômica e das políticas de ajustes subsequentes na América Latina. Se apresentam como alternativas à ineficácia social do centralismo; ao crescente distanciamento entre o Estado e a sociedade; ao manejo econômico em função das necessidades das minorias e, entre outros fatores, à fé exagerada dos grupos na atuação do mercado como instrumento eficiente e infalível para alocar recursos, produzir altas taxas de crescimento e reduzir os índices de iniquidade e de pobreza. Estes esforços de descentralização do desenvolvimento e de abertura à participação criativa dos setores excluídos e comunidades se inscrevem nos marcos de processos maiores de ajuste político, que impulsionam a democratização do Estado e a redefinição das funções do Estado. Em quase toda a Região, se propõem e se implementam reformas que buscam reduzir tamanho do Estado, privatizar empresas de produção e serviços, desconcentrar o poder decisório, desburocratizar procedimento e outorgar maior autonomia às instâncias locais.

Estes esforços de progresso democrático e fortalecimento da economia local se confrontam na esfera econômica, com as receitas neoliberais e monetaristas próprias do modelo de abertura prevalecente. Nas comunidades e municípios -

onde o desenvolvimento pode ser promovido em escala humana - estão ocorrendo processos políticos que podem bem harmonizar o micro com o macro. Ocorrem movimentos para distanciar-se gradualmente do autoritarismo, colocando no centro das demandas políticas a luta pela democracia, como cidadãos organizados, em torno de objetivos como a participação social, descentralização política, direitos humanos, redistribuição da renda, gênero, cultura e meio ambiente. Abrem-se espaços que possibilitam ampliar o exercício dos direitos dos cidadãos e impulsionar a participação popular nos processos decisórios.

Por utópica que seja essa colocação, é possível que a globalização dominante e o "aberturismo", pai e mãe da internacionalização dos processos produtivos, tenham no desenvolvimento local sustentável e na micro-democracia um fator de resistência, uma alternativa do desenvolvimento humano e um mecanismo de controle. Nas micro-regiões e nas comunidades locais; na riqueza da diversidade local; na participação ativa dos cidadãos; na cultura organizativa e na capacidade de auto-gestão, provavelmente, estão as sementes de um modelo de desenvolvimento que não deriva apenas das exigências da globalização.

Referências

Bibliográficas

CONTAG. *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*. 1993
Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/Semi-árido brasileiro: propostas da sociedade civil. [s.l.]

HERNAN AVENDAÑO, C.

1991 *La nueva política agropecuária*. *Coyuntura Económica*, [s.l.], v.8, n. 2, 2. trimestre.

IICA.

1991a *La agricultura de ALC en los 90s: modernización incluyente e sostenible*. In: *CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DE AGRICULTURA*. 10, 1991, Madrid, Oct.

1991b *Bases para una agenda de trabajo para el desarrollo agropecuario sostenible*. San José.

1992 *Conservación de los recursos naturales, medio ambiente y comercio internacional: una visión desde América Latina y el Caribe*. San José.

KAPP, K.W.

1972 *Ruptura y protección del medio ambiente*. In: *SOCIALISM and the environment*. Londres.

MAX-NEEF, Manfred.

1986 *Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro*. Santiago do Chile: Cepaur/Fundación Dag Hammarskjöld.

SCHEJTMAN, Alejandro.

1988 *Campesinado y seguridad alimentaria*. Santiago do Chile: CEPAU FAO.

VAN DAM, Chris 1992 *Crisis, políticas macroeconômicas y economías campesinas de los Andes peruanos*. Lima: mimeo.

Texto: "Las nuevas políticas de desarrollo agropecuario: reflexiones sobre el aberturismo, el campesinado y el medio ambiente"
Tradução Inaiá Carvalho